

Artigo

## **Governo das condutas, gozo e mal-estar: Psicanálise em diálogo com Michel Foucault** Governance of conduct, enjoyment and unease: psychoanalysis in dialogue with Michel Foucault

Ana Luiza Sabino dos Santos

Formada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia. Psicóloga e psicanalista atuante, com foco em questões de sexualidade e gênero.

**Resumo:** O presente artigo propõe uma análise dos fenômenos políticos contemporâneos a partir do eixo foucaultiano da subjetivação, em diálogo com a psicanálise freudo-lacanianiana. Parte-se da premissa de que a política não se restringe à organização institucional do poder, mas incide diretamente sobre os modos de vida, os afetos e a constituição do sujeito. A partir da noção de governo das condutas e do conceito de poder pastoral, investiga-se como determinados discursos políticos operam como dispositivos de gestão do mal-estar, oferecendo respostas imaginárias ao desamparo estrutural por meio da exaltação da autoridade, da promessa de segurança e da construção de pertencimentos identitários. Em diálogo com Freud e Lacan, argumenta-se que tais dispositivos produzem efeitos éticos e clínicos relevantes, ao capturar o desejo e organizar o gozo sob a forma da alienação subjetiva e da exclusão da diferença. O artigo sustenta que a psicanálise não pode se pretender apolítica, uma vez que opera no interior do campo simbólico, inevitavelmente atravessado por relações de poder. Conclui-se que a clínica psicanalítica pode comparecer como espaço privilegiado de escuta e de resistência ética frente às formas contemporâneas de captura subjetiva.

**Palavras-chave:** Subjetivação. Poder. Psicanálise. Política. Mal-Estar.

**Abstract:** This article analyzes contemporary political phenomena through the Foucauldian axis of subjectivation, in dialogue with Freudian-Lacanian psychoanalysis. It is argued that politics cannot be reduced to institutional arrangements of power, but directly affects modes of life, affects, and the constitution of the subject. Drawing on the notions of governmentality and pastoral power, the article examines how certain political discourses operate as devices for managing discontent, offering imaginary responses to structural helplessness through the exaltation of authority, promises of security, and the construction of rigid identities. In dialogue with Freud and Lacan, it is argued that such dispositifs produce significant ethical and clinical effects by capturing desire and organizing jouissance in forms of subjective alienation and exclusion of difference. The article maintains that psychoanalysis cannot claim political neutrality, insofar as it operates within the symbolic field, which is inherently traversed by power relations. It concludes by proposing the psychoanalytic clinic as a privileged space for listening to and ethically resisting contemporary modes of subjective capture.

**Keywords:** Subjectivation. Power. Psychoanalysis. Politics. Discontent.

### **Introdução**

A relação entre política e subjetividade constitui um dos problemas centrais da filosofia contemporânea. Longe de se restringir à organização jurídico-institucional do poder, a política incide diretamente sobre os modos de vida, os afetos e os processos de constituição do sujeito. Michel Foucault demonstra que o poder não deve ser compreendido apenas como instância repressiva, mas como força produtiva que atravessa o tecido social e participa ativamente da fabricação das subjetividades. Como afirma o autor, “o poder produz realidade; produz domínios de objetos e rituais de verdade” (FOUCAULT, 1979, p. 161).

Ao deslocar o foco do poder soberano para as tecnologias de governo, Foucault evidencia que governar não significa apenas impor leis, mas conduzir condutas e orientar comportamentos. Trata-se de um exercício de poder que opera sobre a vida cotidiana, os corpos e os modos de existir. Nesse sentido, o poder se apresenta como elemento fundamental na gestão do mal-estar inerente à vida em sociedade, oferecendo respostas simbólicas à experiência do desamparo.

A psicanálise, desde Freud, reconhece o mal-estar como estrutural à civilização. Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/1996, p. 92) afirma que “o homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança”, indicando que a constituição do laço social exige renúncias pulsionais que produzem sofrimento, mas também tornam o sujeito vulnerável a discursos que prometem proteção e ordem. Tal dinâmica se intensifica no campo político, onde a promessa de segurança pode operar como vetor de submissão subjetiva.

Lacan, ao retomar a ética freudiana, radicaliza essa problemática ao situar o sujeito como efeito da linguagem e do laço social, recusando qualquer concepção moralizante do desejo. No *Seminário 7*, o autor afirma que “a ética da psicanálise não é uma ética do bem” (LACAN, 1959–1960/1991) o que permite tensionar discursos políticos que se legitimam pela invocação de um suposto bem maior, frequentemente sustentado pela exclusão da diferença e pela captura do gozo.

Este artigo propõe analisar determinados fenômenos políticos contemporâneos como casos clínico-políticos paradigmáticos, compreendendo-os como dispositivos de gestão do mal-estar e de produção de subjetividades. A partir do eixo foucaultiano da subjetivação, em diálogo com a psicanálise freudo-lacaniana, argumenta-se que tais fenômenos produzem efeitos éticos e clínicos relevantes, ao favorecer formas de alienação sustentadas pela identificação a um Outro idealizado, apresentado como protetor e incastrado. Sem pretender realizar uma análise histórico-partidária, o texto busca interrogar os mecanismos pelos quais o poder se infiltra na economia psíquica, organizando modos de gozo e de pertencimento no laço social contemporâneo.

### **Psicanálise, política e subjetivação**

A articulação entre psicanálise e política tem sido historicamente marcada por tensões e resistências no interior do próprio campo psicanalítico. Durante muito tempo, sustentou-se a ideia de que o psicanalista deveria manter uma posição de neutralidade em relação às questões políticas, como se a implicação nesse campo comprometesse a ética da prática clínica. No entanto, diversos autores apontam que tal neutralidade constitui uma ilusão, uma vez que a psicanálise opera necessariamente no interior do campo simbólico, o qual é atravessado por relações de poder.

Como observa Barbieri (2017) não se posicionar politicamente já constitui, em si, uma posição política. A psicanálise, fundada no campo da linguagem, não dispõe de outro meio para sua operação senão a fala do sujeito, e é precisamente na linguagem que se articulam os discursos que organizam o laço social. Nesse sentido, sustentar uma prática analítica supostamente apolítica implicaria situá-la fora do simbólico, o que é estruturalmente impossível.

Calazans destaca que tanto a política quanto a psicanálise se constituem como campos atravessados pelo conflito e pela diferença, uma vez que “ambas se organizam a partir da existência da palavra e da impossibilidade de totalização do sentido” (CALAZANS, 2008, p. 21). A política emerge como espaço de disputa e negociação no interior da pólis, enquanto a psicanálise lida com o conflito inerente à constituição do sujeito, descentralizado em relação ao saber sobre si mesmo.

Birman (2003) aponta que a psicanálise não pode se apartar dos imperativos éticos e políticos da contemporaneidade, uma vez que os modos de subjetivação são historicamente situados. Segundo o autor, as transformações do laço social produzem novas formas de sofrimento psíquico, que exigem da clínica uma leitura atenta de seu contexto. Assim, pensar o sujeito do desejo implica necessariamente considerá-lo em sua inserção no campo social e político. Herzog, ao analisar as transformações do laço social na contemporaneidade, observa que a fragilização das referências simbólicas tradicionais contribui para a emergência de novas formas de identificação e de sofrimento. Para a autora, “a crise do laço social não implica sua dissolução, mas sua reorganização a partir de outros modos de pertencimento” (HERZOG, 2004, p. 44). Esses modos, frequentemente marcados pela busca de garantias imaginárias, encontram no campo político um espaço privilegiado de expressão.

Dessa forma, sustenta-se que a psicanálise não apenas pode, mas deve se implicar na reflexão sobre os fenômenos políticos contemporâneos, na medida em que estes produzem efeitos diretos sobre a constituição do sujeito. Longe de reduzir a clínica a uma prática militante, trata-se de reconhecer que o sujeito que chega à análise é também um sujeito político, atravessado pelos discursos e dispositivos que organizam o laço social. A clínica, nesse sentido, não se situa fora da política, mas no interior de seus efeitos subjetivos.

### **Poder, governo das condutas e mal-estar**

A compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos exige um deslocamento da concepção clássica de poder enquanto instância exclusivamente repressiva ou jurídica. Michel Foucault demonstra que o poder moderno opera sobretudo por meio de técnicas de governo que visam conduzir as condutas, orientar comportamentos e produzir subjetividades. Trata-se de um exercício de poder que se infiltra no cotidiano, incidindo sobre os modos de viver, sentir e desejar. Como afirma Foucault (1982), “governar é estruturar o possível campo de ação dos outros”.

Essa perspectiva permite compreender que o poder não se limita à imposição da lei, mas atua pela produção de regimes de verdade que orientam a forma como os sujeitos se percebem e se conduzem. Em *Segurança, Território, População*, Foucault introduz a noção de poder pastoral, caracterizando uma modalidade de governo que se exerce simultaneamente de forma individualizante e totalizante, ao prometer cuidado, proteção e salvação. Segundo o autor, “o poder pastoral é um poder que se exerce sobre a vida cotidiana dos indivíduos, visando conduzir suas condutas” (FOUCAULT, 2008, p. 183).

A eficácia desse tipo de poder reside justamente em sua capacidade de articular governo e cuidado, submissão e promessa de segurança. Ao oferecer respostas ao mal-estar e ao desamparo, o poder pastoral captura o sujeito não apenas pela coerção, mas pela adesão afetiva a figuras e discursos que se apresentam como protetores. Tal captura produz efeitos profundos sobre a subjetividade, uma vez que a obediência se sustenta pela identificação e pelo investimento libidinal.

A psicanálise contribui de modo decisivo para a compreensão desses processos ao situar o mal-estar como elemento estrutural da vida em sociedade. Freud aponta que a civilização se funda sobre a renúncia pulsional, gerando

um conflito permanente entre o desejo do sujeito e as exigências do laço social. Em O mal-estar na civilização, ele observa que “a civilização se constrói à custa da satisfação pulsional” (FREUD, 1930/1996, p. 89), evidenciando que a promessa de ordem e segurança carrega, inevitavelmente, um custo subjetivo.

Birman retoma essa problemática ao afirmar que as formas contemporâneas de poder intensificam o controle sobre os corpos e os afetos, produzindo novas modalidades de sofrimento psíquico. Para o autor, “o mal-estar contemporâneo está ligado à maneira como o poder regula o gozo e administra os modos de vida” (BIRMAN, 2013, p. 148). Assim, a gestão política do mal-estar não apenas organiza o laço social, mas também molda as formas pelas quais o sujeito lida com o desejo, a angústia e a falta.

Nesse sentido, o diálogo entre Foucault e a psicanálise permite compreender que o governo das condutas opera como uma tecnologia de poder que incide diretamente sobre a economia psíquica. Ao organizar modos de gozo e oferecer respostas imaginárias ao desamparo, tais dispositivos produzem subjetividades marcadas pela submissão, pela alienação e pela dificuldade de sustentar a própria divisão subjetiva.

### **Fenômenos políticos contemporâneos como casos clínico-políticos**

Os fenômenos políticos contemporâneos podem ser compreendidos como casos clínico-políticos paradigmáticos, na medida em que evidenciam a articulação entre governo das condutas, produção de subjetividades e organização do gozo. Tais fenômenos não se reduzem a acontecimentos históricos ou partidários, mas expressam modos específicos de tratamento do mal-estar social, nos quais a promessa de ordem e pertencimento se associa à exclusão da diferença.

Freud, ao analisar a psicologia das massas, demonstra que a identificação ao líder ocupa um lugar central na constituição do grupo. Em Psicologia das Massas e Análise do Ego, ele afirma que “o líder da massa substitui o ideal do eu de cada indivíduo” (FREUD, 1921/1990, p. 123). Essa substituição permite ao sujeito aliviar o peso do desamparo e da responsabilidade subjetiva, ao custo de uma alienação ao ideal encarnado pela figura de autoridade.

Lacan aprofunda essa leitura ao situar a identificação como um processo que opera pela via do apagamento da singularidade em favor de uma unidade imaginária. Tal dinâmica encontra sustentação no que Freud denominou narcisismo das pequenas diferenças, conceito que aponta para a tendência dos grupos a reforçarem sua coesão interna por meio da hostilidade dirigida ao exterior. Como observa Freud (1917) são precisamente as pequenas diferenças que mais frequentemente dão origem à hostilidade.

No campo político, essa lógica se manifesta na construção de discursos identitários que delimitam rigidamente os contornos do pertencimento, produzindo inimigos internos e externos. Ao prometer a restauração de valores morais, nacionais ou familiares, tais discursos oferecem ao sujeito uma resposta imaginária ao mal-estar, transformando a angústia em ódio e a insegurança em desejo de submissão. O líder, nesse contexto, é investido como figura capaz de encarnar um Outro supostamente completo, apto a garantir proteção e sentido.

Herzog observa que, diante da fragilização das referências simbólicas tradicionais, os sujeitos tendem a buscar formas de identificação que ofereçam garantias imaginárias de pertencimento. Segundo a autora, “a identificação a ideais totalizantes surge como tentativa de tamponar a precariedade do laço social” (HERZOG, 2004, p. 49). Esses ideais encontram no campo político um terreno fértil para sua proliferação, produzindo efeitos subjetivos que se refletem na clínica.

Rosa (2012) destaca que tais dispositivos operam uma instrumentalização social do gozo, na medida em que capturam o desejo do sujeito em nome de ideais coletivos. Para a autora, “a política pode funcionar como um dispositivo de captura do gozo, produzindo formas de submissão subjetiva travestidas de pertencimento” (2012, p. 42). Essa captura não elimina o mal-estar, mas o reorganiza, deslocando-o para a forma de violência simbólica ou real dirigida ao outro.

Desse modo, os fenômenos políticos contemporâneos, compreendidos como casos clínico-políticos, revelam os impasses éticos e subjetivos produzidos pela gestão do mal-estar. Ao oferecer respostas totalizantes ao desamparo, tais discursos reforçam a alienação do sujeito ao ideal e intensificam a exclusão da diferença, evidenciando que a política constitui um campo privilegiado de produção de subjetividades.

### **Efeitos éticos e clínicos da gestão política do gozo**

A leitura dos fenômenos políticos contemporâneos como casos clínico-políticos permite avançar na análise de seus efeitos éticos e clínicos, particularmente no que concerne às formas de subjetivação que produzem. Se, como sustenta Foucault, o poder governa as condutas ao organizar regimes de verdade, então seus efeitos não se limitam ao plano institucional, mas incidem diretamente sobre a economia psíquica dos sujeitos. Em O Governo de Si e dos Outros, Foucault afirma que “não há exercício de poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione, funde e limite esse poder” (FOUCAULT, 2010, p. 47). Tais discursos produzem modos específicos de se pensar, se julgar e se conduzir.

Do ponto de vista psicanalítico, essa incidência do poder sobre a subjetividade se articula à gestão do gozo. Lacan demonstra que o sujeito não se estrutura apenas em relação à lei, mas em relação à maneira como seu gozo é regulado e capturado pelo laço social. Discursos políticos que prometem restaurar a ordem e eliminar a falta operam como dispositivos de tamponamento da angústia, oferecendo ao sujeito uma identificação com um Outro supostamente completo. Essa operação, contudo, tem um custo ético, na medida em que o sujeito abdica de sua posição desejante em favor de uma adesão alienante.

Freud já advertia que a submissão a ideais rígidos não elimina o mal-estar, mas frequentemente o intensifica. Em *O mal-estar na civilização*, ele observa que “quanto mais um homem se mostra virtuoso, mais severa e desconfiada se torna a sua consciência moral” (FREUD, 1930, p. 96). Tal dinâmica evidencia o funcionamento do supereu, que, longe de pacificar o sujeito, intensifica suas exigências e produz formas de sofrimento marcadas pela culpa e pela violência dirigida ao outro ou a si mesmo.

Rosa, ao discutir as vicissitudes das práticas clínico-políticas, aponta que a instrumentalização social do gozo produz sujeitos capturados por discursos que prometem pertencimento ao custo da singularidade. Para a autora, a psicanálise pode parecer como prática de resistência à instrumentalização social do gozo, sustentando a emergência do sujeito do desejo (ROSA, 2012, p. 41). Essa resistência não se dá pela via da normatividade ou da militância, mas pela aposta na palavra e na responsabilização subjetiva.

Laurent reforça essa posição ao afirmar que o analista não deve sustentar o alívio ilusório oferecido pelos discursos de autoridade, uma vez que tal alívio se apoia na recusa da divisão subjetiva. Segundo o autor, “o analista não pode se colocar a serviço da adaptação do sujeito aos ideais dominantes” (LAURENT, 2007, p. 59). A ética da psicanálise exige, ao contrário, a sustentação de um espaço no qual o sujeito possa confrontar-se com o próprio desejo, sem recorrer a garantias imaginárias.

Nesse sentido, a clínica aparece como um espaço privilegiado para a escuta dos efeitos produzidos pela gestão política do gozo. Os sujeitos que chegam à análise são atravessados pelos discursos e dispositivos que organizam o laço social, trazendo consigo marcas de alienação, segregação e sofrimento. Reconhecer esses atravessamentos não implica transformar a clínica em prática militante, mas assumir que a escuta analítica se dá no interior de um campo simbólico inevitavelmente político.

### **Considerações finais: política, subjetivação e impasses éticos**

O percurso desenvolvido ao longo deste artigo buscou sustentar que o atravessamento entre política e subjetividade não constitui um elemento contingente, mas estrutural. A partir do eixo foucaultiano da subjetivação, em diálogo com a psicanálise freudo-lacanianiana, foi possível compreender os fenômenos políticos contemporâneos como dispositivos de gestão do mal-estar e de produção de subjetividades. Tais dispositivos operam ao oferecer respostas imaginárias ao desamparo estrutural, organizando identificações, afetos e modos de gozo no laço social.

Retoma-se, assim, uma afirmação central do texto original: a psicanálise não é apolítica. Pretender uma neutralidade absoluta implicaria situá-la fora do campo simbólico, o que é estruturalmente impossível. Tudo aquilo que se inscreve na linguagem encontra-se atravessado por relações de poder, conflito e ordenação. Não se trata, portanto, de introduzir a política de modo artificial na psicanálise, mas de reconhecer que a constituição do sujeito ocorre no interior de estruturas simbólicas que são, desde sempre, políticas.

A análise dos fenômenos políticos contemporâneos como casos clínico-políticos paradigmáticos permitiu evidenciar o retorno de figuras de autoridade que operam como respostas imaginárias ao mal-estar. Diante da experiência do desamparo, o sujeito pode reinventar a figura de um pai tirânico, oferecendo-se ao gozo de um Outro idealizado na esperança de proteção e sentido. Tal operação, contudo, produz efeitos éticos e clínicos relevantes, ao reforçar a alienação subjetiva e a exclusão da diferença.

A ética da psicanálise se coloca, nesse ponto, em tensão com os discursos políticos moralizantes que se legitimam pela invocação de um bem maior. Ao sustentar a singularidade do desejo e recusar a lógica da homogeneização, a psicanálise introduz uma possibilidade de resistência às formas de poder que capturam o sujeito em nome da segurança e da ordem. Essa resistência não se realiza pela via do enfrentamento ideológico, mas pela aposta na palavra e na responsabilização subjetiva.

Conclui-se, portanto, que o diálogo entre filosofia, política e psicanálise não pode se dar sob a forma do silêncio ou da neutralidade. Pensar a política implica necessariamente interrogar os modos de subjetivação que ela produz. Ao articular o pensamento de Michel Foucault e a psicanálise, este artigo buscou contribuir para a compreensão dos impasses éticos e subjetivos contemporâneos, afirmando a clínica psicanalítica como um espaço privilegiado de escuta e de sustentação da singularidade frente às tentativas de captura do desejo. Resta, contudo, a questão: que formas de subjetivação ainda são possíveis quando o poder se apresenta como resposta totalizante ao mal-estar?

### **Referências**

- BARBIERI, C. P. O que a psicanálise tem a dizer sobre política? *Estudos de Psicanálise*, v. 48, p. 89–97, 2017.
- BIRMAN, J. Soberania, crueldade e servidão: mal-estar, subjetividade e projetos identitários na modernidade. In: PINHEIRO, T. (Org.). *Psicanálise e formas de subjetivação contemporâneas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 11–26.
- BIRMAN, J. Os paradigmas em psicanálise são comparáveis? Sobre o mal-estar, a biopolítica e os jogos de verdade. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 147–148, 2013.
- CALAZANS, R. Psicanálise e política. *Revista Psicologia Política*, v. 8, n. 15, p. 17–30, 2008.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FREUD, S. Totem e tabu (1913). In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- FREUD, S. O tabu da virgindade (1917). In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 11. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do ego (1921). In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- HERZOG, R. O laço social na contemporaneidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 7, n. 3, p. 40–55, 2004.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem (1953). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, J. *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise (1959–1960)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- LAURENT, É. *A sociedade do sintoma*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- ROSA, M. D. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, p. 41–42, 2012.